

O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual

Social Thought in Brazil and the historians: notes on an unequal
interdisciplinarity

João Marcelo Maia ^a

E-mail: joao.maia@fgv.br

<https://orcid.org/0000-0002-3330-871X> 

^a Fundação Getúlio Vargas,
Centro de Pesquisa e Documentação em História
Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo procura analisar a área de Pensamento Social no Brasil (PSB) à luz de suas aproximações e distanciamentos em relação ao campo da História. Sustenta-se a hipótese de que, a despeito da importância do trabalho de historiadores para a conformação dessa área, o PSB não se tornou um subcampo autônomo na disciplina, ao contrário do que ocorreu nas Ciências Sociais. O texto discute como a área foi marcada por uma interdisciplinaridade desigual que enfatizou a proximidade crescente com a sociologia. Tais resultados são brevemente cotejados com processos de consolidação de subáreas concorrentes no campo da História. Ao final, sugere-se uma aproximação contemporânea entre os historiadores e o PSB a partir de dois eixos: a) debates sobre intelectuais e arquivos; b) críticas a abordagens eurocêntricas e demandas por maior democratização de agendas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE

História Intelectual. Ciências Sociais. Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes the discipline of Social Thought in Brazil (STB), considering its similarities and differences with the broader field of History. Although crucial for shaping this discipline, the work of historians did not make STB an autonomous subfield in History – as occurred with the Social Sciences. In this sense, this text will explain how STB field was shaped by an unequal interdisciplinarity that moved it closer to Sociology, comparing the results with institutionalization processes of rival subjects/disciplines within the broader field of History. To conclude, the article proposes a dialogue between historians and the field of STB based on a) current debates about intellectuals and archives and b) criticism towards Eurocentric approaches and claims for more democratic research agendas.

KEYWORDS

Intellectual history. Social Sciences. Brazilian Historiography.

Introdução

Em artigo recente publicado em “História da Historiografia”, Thiago Tolentino (TOLENTINO, 2019) analisou a história do Pensamento Social no Brasil do ponto de vista historiográfico. Em seu texto, além de inventariar as primeiras ocorrências do termo, Tolentino tece uma crítica a esse campo disciplinar, argumentando que ele opera como uma espécie de “controle do imaginário” nos estudos sobre intelectuais e cultura, tema que já havia sido explorado para o caso do Pensamento Político (LESSA, 2011). Os cientistas sociais praticantes da área privilegiaram um cânone de corte político-sociológico que excluiria vastas áreas da cultura intelectual brasileira, em um movimento que diria respeito às estratégias próprias de disciplinarização. Nas palavras do autor:

Com o passar do tempo, o PSB parece se tornar uma espécie de espelho temporal dos cientistas sociais que buscam obras e constroem cânones que conferem identidade ao seu *métier* de maneira genérica, num duplo sentido: tanto como gênero de escrita segundo um modelo científico-racional de explicação de uma realidade, quanto, num sentido mais geral, abrigando produções que podem variar entre o ensaio, o artigo, a crítica, a monografia, a tese acadêmica etc., não havendo espaço, porém, para produções que escapem a tais formas discursivas, como a literatura, a canção, as artes plásticas etc. Por isso, um Frei Vicente de Salvador pode compor tal cânone e uma figura como Machado de Assis, não. Não se trata de mera seleção de nomes, mas da epistemologia que asseguraria a determinados tipos de discurso um caráter explicativo científico ou pré-científico que lhes afiançaria a entrada em tal tradição privilegiada (TOLENTINO, 2019, p. 360).

Logo em seguida, Tolentino arremata: “Por sua força no interior das ciências sociais, o campo do PSB privilegiou certas explicações, hoje vistas como interpretações do país, segundo um cânone de viés sociológico” (TOLENTINO, 2019, p. 360).

Embora discorde da afirmação do autor sobre a suposta estreiteza do cânone no Pensamento Social no Brasil (basta atentar para a frequência com que trabalhos sobre literatos e músicos têm aparecido no Grupo de Trabalho - GT com mesmo nome na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS), considero o artigo muito interessante, por situar uma questão pouco discutida e que diz respeito ao modo como essa área vivenciou intensa institucionalização disciplinar no campo das Ciências Sociais, processo que não encontrou espelhamento na História, área em que

temas similares são debatidos sob outras rubricas, tais como “História Intelectual”, “História do Livro e da Leitura” e “História da Historiografia”.

Este artigo tem um duplo objetivo: inicialmente, ele procura analisar a institucionalização da área de Pensamento Social no Brasil nas Ciências Sociais à luz das aproximações e dos distanciamentos em relação ao campo da História. Minha hipótese é de que, a despeito da relativa importância do trabalho de historiadores na área, o Pensamento Social não se tornou um campo autônomo na disciplina de História. Uso a categoria de “interdisciplinaridade desigual”, para analisar como o PSB se enraizou mais fortemente nas Ciências Sociais do que na História. Em um segundo momento, o artigo aponta caminhos para a retomada desse diálogo por meio de dois movimentos: a) um debate teórico-metodológico sobre os intelectuais e seus arquivos, tema caro aos historiadores e para o qual estudiosos do PSB têm aportado significativas contribuições; b) uma discussão crítica sobre o eurocentrismo que se articula a reivindicações por uma maior democratização das agendas de pesquisa da vida intelectual brasileira.

Esses objetivos traduzem-se em duas seções. Na primeira, lanço mão de balanços bibliográficos sobre a área de PSB e artigos que empregam ferramentas das Humanidades Digitais para produzir evidências mais robustas sobre o processo de institucionalização. Além disso, também analiso dados extraídos de pesquisa feita nos anais da Associação Nacional de História (ANPUH) e artigos sobre a consolidação disciplinar de subáreas concorrentes no campo da História que “espelham” temas e questões próximas à área do Pensamento Social no Brasil. O ponto é evidenciar como se constituiu e se reproduziu essa interdisciplinaridade desigual. Na segunda seção, parto de um diálogo com o artigo de Paulo Iumatti e Thiago Nicodemo (2018) sobre escrita da História e novos desafios teórico-metodológicos para estabelecer pontos de aproximação entre a área de PSB e os historiadores, com destaque para as duas dimensões anteriormente apontadas. O objetivo é retomar um efetivo diálogo interdisciplinar, abrindo caminho para a tematização silenciada que analiso na primeira seção.

O Pensamento Social no Brasil: crônica de uma interdisciplinaridade desigual

Na definição do campo do PSB, há dois problemas a enfrentar: um de ordem cronológica; outro de natureza classificatória. No primeiro caso, há que se definir a temporalidade desse objeto disciplinar peculiar, já que é possível rastrear a emergência de uma reflexão sobre as ideias que fundam o Brasil até o século XIX (TOLENTINO, 2019; LYNCH, 2016). Lynch (2016) considera que podemos datar essa

gênese disciplinar nos anos de 1950 e 1960, com o surgimento de obras clássicas de Guerreiro Ramos, Cruz Costa e outros que tentavam sistematizar a história intelectual do país. Nos anos de 1970, os estudos de Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier sobre pensadores liberais e autoritários seriam centrais no estabelecimento dessa reflexão no âmbito de programas de pós-graduação, em especial no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, da Universidade Candido Mendes, UCAM.

Já o problema classificatório refere-se à mistura entre pensamento “político” e “social” nos primórdios da institucionalização da área, na década de 1970, e a subsequente convivência – não necessariamente harmônica – entre essas duas dimensões durante um bom tempo no universo das Ciências Sociais. Ainda de acordo com Lynch, tal convivência explica-se pelas batalhas metodológicas entre “empíricos” e “teóricos” no campo da ciência política brasileira, que teria levado os segundos – minoritários diante da maré institucionalista – a afirmarem de forma estratégica sua conexão com outras disciplinas e abordagens, de forma a valorizarem sua própria concepção menos instrumental e limitada da disciplina.

Neste artigo, entende-se o “pensamento social no Brasil” como um campo disciplinar associado à institucionalização recente da pesquisa em pós-graduação no país, processo iniciado na década de 1970 e acelerado nos anos seguintes. Ao longo desse período, consolidou-se uma meta-reflexão sobre a própria disciplina, com a realização de encontros temáticos, a formação de grupos de pesquisa no âmbito de associações científicas e a eleição de um cânone fundador. Os textos de Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, citados por Lynch, por exemplo, operam hoje como clássicos fundadores da área, pois são lidos em função de suas repercussões nos debates teórico-metodológicos que se seguiram.

No que se refere ao dilema classificatório, assume-se aqui a indistinção que marca boa parte da história desse campo disciplinar, incluindo no campo do Pensamento Social no Brasil o que Lynch reivindica como PPB (Pensamento Político Brasileiro). Como o próprio autor admite, essa separação mais distinta é operação bem recente, o que não implica desconsiderar as eventuais tensões entre os praticantes do campo.

Uma peculiaridade da área de Pensamento Social no Brasil é a sua *interdisciplinaridade desigual*, categoria que designa tanto um problema morfológico, como também identitário. Afinal, o PSB é uma área que congrega sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e, em menor escala, até historiadores, mas que sempre teve certo predomínio dos primeiros, tendência que se radicalizou na última

década. Em artigo recente (BRASIL JUNIOR; JACKSON; PAIVA, 2020), um levantamento com os 185 participantes do GT de mesmo nome da ANPOCS, entre 1983 e 2018, revelou a seguinte distribuição: 44% de sociólogos; 19% de antropólogos; 14% de cientistas políticos; e 11% de historiadores. Ao analisarem apenas os participantes com titulação a partir de 2003, esse predomínio aumenta significativamente, o que levou os autores a afirmar que: “se a sociologia sempre foi a disciplina com o maior número de participantes no GT (ver Figura 1), nos últimos anos, a tendência evidenciada pelos dados coligidos é o de reforço dessa concentração disciplinar.” (BRASIL JUNIOR; JACKSON; PAIVA, 2020, p. 13).

Os mesmos autores também apresentam um gráfico de orientações de trabalhos acadêmicos que identifica os principais nós envolvendo orientadores e alunos. Três dos quatro principais nomes são de acadêmicos com forte interlocução com a área de História, mas com conhecidas vinculações institucionais com as Ciências Sociais: Ricardo Benzaquen de Araújo, José Murilo de Carvalho e Lilia Schwarcz, sendo Sérgio Miceli outro orientador de destaque.

Essa natureza desigualmente interdisciplinar também se relaciona com outras características da área, entre as quais: a) o seu relativo insulamento em relação aos processos de internacionalização disciplinar, visto que “pensamento social no Brasil” é palavra-chave de difícil espelhamento na geopolítica acadêmica internacional (MAIA, 2017); b) a valorização do ensaísmo não apenas como objeto de estudo, mas como forma intelectual atualizada em estudos contemporâneos que se valem de pesquisas sobre autores clássicos para recolocar o desafio de “pensar o Brasil” (BRANDÃO, 2005; BOTELHO, 2015).

Com relação ao insulamento, interessante notar como o fenômeno comporta efeitos ambíguos. Por um lado, implica o posicionamento da área como espécie de memória coletiva dos processos de institucionalização das ciências sociais e humanas nacionais. Mas, por outro, revela uma dificuldade em questionar o paradigma do Estado-Nação e o próprio cânone brasileiro que traduz o protagonismo de uma elite letrada autorizada a pensar o país. Não à toa, o já citado estudo de Brasil Junior, Jackson e Paiva mostra um protagonismo de instituições acadêmicas da região Sudeste nos dados de filiação institucional, particularmente de programas de pós-graduação de grande prestígio no eixo Rio-São Paulo, como IUPERJ, Universidade de São Paulo - USP e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Já a valorização do ensaísmo implicou a presença de estilos de trabalho intelectual que resistiram ao processo de especialização disciplinar e à fragmentação temática

das ciências sociais. Em um momento em que se abandonara o interesse por obras com visadas macrossociológicas que tematizavam o país, a área de PSB continuou produzindo pesquisas que articulavam a investigação de ideias e de obras clássica do cânone com hipóteses atuais sobre os processos de modernização do país e os impasses da condição periférica. Alguns exemplos conhecidos são os estudos de Luiz Werneck Vianna sobre o iberismo e o americanismo na formação brasileira (VIANNA, 1997); a hipótese de Gildo Marçal Brandão sobre as linhagens que constituíram o pensamento brasileiro (BRANDÃO, 2005); e, num registro distinto, a tese de Heloísa Starling sobre Guimarães Rosa (STARLING, 1999), em que a autora propõe uma interpretação da obra máxima do escritor mineiro à luz de reflexões da teoria política e do pensamento brasileiro sobre os desafios da fundação republicana do país. É o próprio Brandão que oferece uma interpretação sobre essa incessante atualização do ensaísmo à luz de questões científicas contemporâneas:

A reflexão sobre o pensamento político e social revelou-se, entretanto, demasiada rebelde para ser tratada como mera pré-história ideológica a ser abandonada tão logo se tenha acesso à institucionalização acadêmica da disciplina científica. Demonstrou-se, ao contrário, um pressuposto capaz de ser continuamente reposto pelo evoluir da ciência institucionalizada - como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação de nosso mercado interno das ideias em suas trocas com o mercado mundial (BRANDÃO, 2005, p. 233).

Outro indicador importante para avaliar a consolidação disciplinar de uma dada área é a produção de balanços bibliográficos e reflexões sobre a evolução do campo efetuadas por especialistas, nos quais se analisem os principais debates, tensões internas e oposições que são cruciais para forjar uma disciplina específica. No caso das Ciências Sociais, há muitos textos sobre o Pensamento Social no Brasil. Em seu artigo, Brasil Jr. Jackson e Paiva listam nada menos do que onze estudos, publicados entre 1999 e 2017!

Os primeiros balanços mais conhecidos foram realizados por Lucia Lippi Oliveira (OLIVEIRA, 1999) e Sérgio Miceli (MICELI, 1999), ambos publicados na mesma coletânea editada pela ANPOCS – intitulada “O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras” e que tinha evidente disposição para disciplinar áreas temáticas e fornecer mapas de leituras e controvérsias fundamentais. Pouco mais de uma década depois,

Lilia Schwarcz e André Botelho editaram em “Lua Nova” o resultado de uma entrevista coletiva com doze pesquisadores no campo do pensamento social no Brasil (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011). O próprio formato do texto – um conjunto de questões apresentadas a um corpo de especialistas na área – já induz a produção de um debate em torno das principais controvérsias temáticas, dado crucial para a consolidação de uma disciplina.

Mas esse intenso processo de autorreflexão disciplinar não incluiu uma análise sobre o lugar do Pensamento Social na área de História, a despeito da relevância de vários historiadores e instituições na própria criação do GT da ANPOCS. O caso do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é exemplar para ilustrar essa indiferença disciplinar. Nessa instituição emergiu o importante projeto “Brasileira”, na primeira metade da década de 1970, por meio do qual se iniciou um estudo sobre a bibliografia focada na Revolução de 1930. Esse impulso inicial desdobrou-se em pesquisas sobre o Estado Novo e a relação entre intelectuais e política, avançando sobre as décadas seguintes. Além disso, o CPDOC também abrigou discussões teórico-metodológicas sobre arquivos privados e seus usos para a investigação historiográfica (HEYMANN, 1997), que imprimiram uma marca peculiar na contribuição da instituição para os debates sobre o pensamento social. Entre os pesquisadores com vinculação mais estrita ao campo da História, Ângela de Castro Gomes foi presença fundamental nos primeiros tempos do GT de Pensamento Social no Brasil, afastando-se progressivamente, em movimento que coincidiu com a emergência de subáreas temáticas na História que discutiam temas similares. Já Ricardo Benzaquen de Araújo desempenhou papel constante no GT, em especial pela relevância de sua obra sobre Gilberto Freyre (ARAÚJO, 1994) e pelo seu prolífico trabalho de orientação, mas sua formação híbrida (graduação em História pela PUC-Rio, mestrado e Doutorado em Antropologia pelo Museu Nacional da UFRJ e alguns bons anos orientando teses e dissertações de Sociologia no IUPERJ) desafiava as fronteiras disciplinares. O seu repertório analítico, por sua vez, combinava Teoria Literária, Teoria da História e Antropologia, escapando aos limites estritos da pesquisa historiográfica.¹

A despeito dessa centralidade, o melhor texto analítico sobre a instituição e seu trabalho na área do Pensamento Social no Brasil pouco menciona a inscrição desse grupo no campo da História (BASTOS, 2003). No seu estudo, Elide Rugai Bastos delimita a interdisciplinaridade como uma das marcas dos procedimentos metodológicos do CPDOC, mas o começo e o final de seu texto destacam a contribuição do Centro para a

¹ Aqui não menciono as contribuições de Lúcia Lippi Oliveira e Helena Bomeny, figuras centrais para o GT da ANPOCS, por se tratar de intelectuais com formação em Ciências Sociais e mais atuação nesse campo.

reflexão no campo das ciências sociais. Ao abrir a sua argumentação sobre a relevância da tarefa de organização documental empreendida pelo Centro, a autora explica que não seria apenas o sucesso no uso desses documentos por outros pesquisadores que mediria a contribuição do CPDOC. Segundo ela:

Mas a constatação disso, embora o fato sozinho justifique tanto a existência do Centro quanto o trabalho desses investigadores e ainda legitime o produto resultante de suas pesquisas, não explica o porquê de os componentes do grupo se terem inscrito de forma tão significativa na área de estudos sobre o pensamento social brasileiro e terem trazido uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das ciências sociais entre nós (BASTOS, 2003, p.98).

E, ao concluir, Bastos afirma: “Considerando que o estudo dos intelectuais e sua interpretação do país é elemento constitutivo da reflexão das ciências sociais no Brasil, esse grupo se insere de modo pleno nos mais expressivos debates sobre a questão” (BASTOS, 2003, p.109). Ou seja, a autora implicitamente relaciona o trabalho científico na área de PSB ao campo das ciências sociais, mesmo quando analisa uma instituição consagrada entre profissionais da História e Arquivologia.

Mais recentemente, vê-se algum esforço dos cientistas sociais em romper esse estatuto de indiferença disciplinar que marca a relação entre a área de Pensamento Social e a História. Em estudo publicado na “Revista Brasileira de Sociologia”, Alejandra Josiowicz e Antônio Brasil Junior (JOSIOWICZ; BRASIL JR., 2019) empreenderam extenso estudo bibliométrico sobre a área, como forma de introduzir o trabalho realizado no âmbito da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), uma iniciativa digital que busca mapear a produção de teses, dissertações e artigos e criar mecanismos de indexação. Ao explicarem as peculiaridades do campo, Josiowicz e Brasil Jr. comparam-no com a história intelectual latino-americana, com forte enraizamento na Argentina, e os estudos latino-americanistas praticados na academia norte-americana, que se lastreiam em intenso diálogo com os “Cultural Studies”. A despeito de possíveis fertilizações promissoras e diálogos cruzados, os autores não deixam de apontar a centralidade da sociologia no Pensamento Social no Brasil em detrimento da História, disciplina mais importante para os outros dois campos (JOSIOWICZ; BRASIL JR, 2019, p.13)

Esse diagnóstico já fora feito por André Botelho em texto na revista argentina “Prismas” (BOTELHO, 2015), que, ao fazer uma apresentação sintética do trabalho

da BVPS, enumera dados quantitativos que evidenciam a recorrência do termo na Plataforma Lattes. Além disso, a despeito da já mencionada interdisciplinaridade que marca a área, na qual convivem profissionais de diferentes formações, há relativa centralidade da sociologia da cultura e da teoria social na conformação de agendas e questões – confirmando a tese da *interdisciplinaridade desigual*. Não à toa, Botelho finaliza o artigo sugerindo uma aproximação mútua entre o Pensamento Social no Brasil e o campo da História Intelectual de forma mais ampla, que acredito fornecer boa pista para o diálogo buscado aqui.

Finalmente, a análise dessa interdisciplinaridade desigual deve ser também buscada em desdobramentos intrínsecos ao grande campo da História. Uma pesquisa nos anais da Associação Nacional de História (ANPUH) revela indícios de diálogos que eventualmente foram perdidos.² Ao longo dos anos de 1980, foram raras as ocorrências do termo “Pensamento Social” ou mesmo de categorias similares. Porém, no seminário de 1993, realizado em São Paulo, há grupos de comunicações coordenadas com o tema “Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil” e “História e produção intelectual”. O primeiro repetiu-se no congresso de Recife em 1995, que também abrigou comunicações coordenadas sob o tema “As sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro dos sécs. XIX e XX”, “Intelectuais, Estado e poder no Brasil do século XX” e “Da Europa para o Brasil: os imigrantes europeus, a circulação de ideias e o pensamento político brasileiro no fim do século XIX e início do XX”. No mesmo seminário, foi realizada uma mesa-redonda com o título “Desconstruindo identidades: as marcas da escravidão na historiografia e no pensamento social brasileiro”.

Os encontros de 1997 e 1999 reiteram essa tendência, com uma grande quantidade de temas afinados com o que se faz na área de Pensamento Social no Brasil. Podem-se citar, por exemplo, as comunicações coordenadas do ano de 1997 intituladas “Nação, nacionalismo e pensamento conservador”; “Civilização e cidadania no pensamento brasileiro (século XIX)” e “Discutindo identidades intelectuais e instituições”. Já no último encontro da década, surgem os temas “Intelectuais e política: geração, trajetória e sociabilidade”; “Interpretações do Brasil: da descoberta às descobertas”, “Inventores de um certo Brasil” e “Projetos para o Brasil”.

Porém, a consolidação dos GTs, posteriormente convertidos em Seminários Temáticos (STs) no encontro de 2003 em João Pessoa, produz uma alteração no cenário. A emergência dos Seminários sobre História da Ciência, criado como GT em 1997, e História Cultural parecem ter colaborado para disciplinarizar os estudos realizados

² Agradeço a doutoranda do PPHPBC/CPDOC Regiane Matos pela realização da pesquisa.

sob essa rubrica no âmbito da ANPUH, e ocorrências relacionadas ao pensamento social não se mostram mais tão frequentes. Assiste-se a uma tentativa de retomada da interlocução em 2011 com o ST sobre “Memórias, Histórias e Sensibilidades”, que busca explicitamente inscrever a discussão que se fazia nos GT da ANPOCS nos encontros de História, mas com enquadramento mais pertinente ao campo. Não à toa, seus coordenadores – Antônio Herculano e Nísia Trindade Lima – são pesquisadores de destaque na ANPOCS, tendo ambos sido coordenadores do GT de Pensamento Social.

De modo geral, esse movimento indica que os objetos usualmente tratados no campo do Pensamento Social – os intelectuais e autores, suas obras e sua recepção – passam a ser disciplinarizados de diferentes maneiras em subáreas temáticas crescentemente especializadas, que desenvolvem não apenas agendas particulares, como aprofundam abordagens metodológicas cada vez mais sofisticadas.

Veja-se, por exemplo, como nos anos de 1980 e 1990 o campo da História do Livro e da Leitura tornou-se uma subárea densa, com a geração de teses e de análises sobre bibliotecas, práticas de leitura e circulação de impressos em diferentes contextos históricos (VILLALTA, 2005). Obras de referência na área, como o livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996) sobre a formação da leitura no Brasil têm hoje mais de mil citações no Google Scholar. Curiosamente, as próprias autoras reconhecem, no prefácio à segunda edição, editada em 2019, o débito com Antônio Cândido e seu conceito de sistema literário – não à toa, um autor canônico no campo de estudos do Pensamento Social no Brasil.

Processo similar ocorreu no campo da História da Historiografia, que hoje conta com uma revista vinculada a uma sociedade de mesmo nome. Em artigo que dissecou a construção da polêmica entre “modernos” e “pós-modernos” entre historiadores brasileiros nos anos de 1990, Germiniano dos Santos demonstra como esse embate, sustentado por meio de uma caracterização frouxa do segundo campo e das posições de próceres a ele associados, particularmente Hayden White, relacionava-se ao processo de afirmação disciplinar do ofício historiográfico. Ou seja, as discussões de White sobre as formas de escrita da História são tomadas como ameaças ao esforço de construção das fronteiras disciplinares. Como afirma Germiniano:

As “novas” oficinas de Clio – as pós-graduações – e seus trabalhadores – os historiadores profissionais acadêmicos – ganham uma centralidade ainda maior nos anos 1990. É nesse momento que o rigor das regras, dos procedimentos, das técnicas, o aval dos pares é o que passa a garantir falar em nome do real ou representar o passado. Os documentos, as técnicas

de cotejamento, a erudição, o grupo: são esses mecanismos que, daquele momento em diante, se impõem como valor de prova, que conferem realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador profissional, (...) (GEMINIANO DOS SANTOS, 2019, pg. 332).

Ou seja, se os dados da ANPUH mostram um diálogo entre Pensamento Social e historiadores ao longo da década de 1990, o desfecho da disputa travada no mesmo período e analisada por Germiniano consolidou práticas de trabalho e de vigilância intelectual que favoreceram a construção de subáreas crescentemente especializadas. Nessas áreas, seriam desenvolvidas pesquisas que se debruçaram sobre autores frequentes no Pensamento Social no Brasil, mas que seriam enquadrados no âmbito da institucionalização da disciplina e de suas práticas de memorialização e consagração, como se vê na tese de Rafael Pereira da Silva sobre Sérgio Buarque de Holanda (PEREIRA DA SILVA, 2015).

Em livro que se propõe a funcionar como uma introdução à História da Historiografia, Nicodemo, Santos e Pereira (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018) argumentam que a consolidação do termo “história da historiografia” no Brasil não discrepa em termos cronológicos do que se verificou em outros países, o que sugere um alinhamento ao debate internacional que certamente favoreceu o futuro processo de disciplinarização da área – ao contrário do caso do Pensamento Social, cuja delimitação disciplinar se deu em franco insulamento.

Interessante notar como alguns historiadores próximos da área do Pensamento Social no Brasil parecem valorizar exatamente uma tradição interdisciplinar desconfiada de processos de especialização mais agudos, em especial nos campos da Historiografia dedicados ao estudo das ideias e dos intelectuais. Em entrevista dada à revista “Estudos Históricos” em 2017, a historiadora (com doutorado em Ciência Política!) Heloísa Starling responde da seguinte maneira a uma pergunta dos entrevistadores sobre o papel do IUPERJ:

Havia muita coisa florescendo lá, e isso fornecia entradas fundamentais para se escapar da historiografia francesa, que vinha de São Paulo, e trilhar caminhos propostos pela produção inglesa, norte-americana e alemã. (...) Parte dessas pessoas que se formaram no IUPERJ foi lecionar na PUC-Rio e pôde desenvolver essas ideias. Na PUC, como no IUPERJ, havia essa disposição para funcionar como um lugar de fronteira - espaço de encontro entre áreas de conhecimento entre si diferentes. Existia uma relação muito próxima que agregava História, Filosofia e Letras, nesse

caso estimulada pela cátedra portuguesa da dona Cleonice Berardinelli. A partir dali começaram a se organizar eventos - como o Seminário Hannah Arendt, promovido pelo filósofo Eduardo Jardim - aos quais compareciam pesquisadores da História, da Ciência Política, da Filosofia, das Letras... Portanto, o IUPERJ e a PUC-Rio foram essenciais para o desenvolvimento a História das Ideias no Brasil (HOLLANDA; SILVA, 2017, p. 772).

Como se vê, os estudos sobre intelectuais-historiadores, suas obras e sua circulação têm ganhado importância no campo da História, mas são trabalhados à luz de agendas teórico-metodológicas próprias de distintos subcampos, em pesquisas que pouco ou nada dialogam com a área de Pensamento Social no Brasil, que se vê cada vez mais próxima da Sociologia.³ Mas, é possível e desejável estabelecer pontos de contato? Como se verá na próxima seção, alguns dos questionamentos que a própria área de Pensamento Social tem feito podem dialogar com os problemas trabalhados entre os historiadores, e vice-versa.

Por um novo diálogo entre Pensamento Social e Historiografia

Em um recente artigo, Paulo Iumatti e Thiago Nicodemo fazem uma análise do uso de arquivos pessoais em pesquisas sobre a escrita da História, oferecendo um bom painel tanto sobre as potencialidades do campo, como também sobre seus desafios para o futuro. Em seu texto, os autores destacam quatro temas que permitiram ganhos analíticos significativos: "1. A ideia de "redes" intelectuais; 2. A historicidade da relação entre intelectuais e esfera pública; 3. Os processos de criação; e, finalmente, 4. O arquivo pessoal como memória retrospectiva" (IUMATTI; NOCODEMO, 2018, p. 100).

No mesmo texto, Iumatti e Nicodemo também apontam algumas questões que demandam maior exploração por pesquisas futuras no campo da História da Historiografia (IUMATTI; NOCODEMO, 2018, p. 114-115). São elas: a) necessidade de descolonização teórica; b) ampliação da interdisciplinaridade e maior investimento em fontes que não as correspondências, como, por exemplo, marginalias, fichamentos etc. c) historicização da categoria de "intelectuais"; d) diálogo com abordagens transnacionais e globais; e) consideração da meta-história dos arquivos; f) construção de uma agenda progressista, com maior centralidade para grupos historicamente subalternos na sociedade brasileira.

³ Poderíamos também discorrer sobre os campos da História Cultural e da História Intelectual, mas isso levaria a uma narrativa por demais enfadonha. O argumento se sustenta com os exemplos anteriores, restando-nos apontar que a constituição dessas duas áreas no Brasil demandaria maior investimento analítico.

O texto é exemplar para pensar novas possibilidades de diálogo entre os historiadores e o PSB, em especial pelo destaque que Iumatti e Nicodemo conferem a trabalhos que se debruçam sobre autores canônicos do ensaísmo brasileiro (como Oliveira Vianna, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda) e sobre processos de construção institucional da disciplina da História. Essa forma de reflexão também se notabilizou no campo do Pensamento Social no Brasil, em que o acúmulo de dissertações e teses demandou uma crescente ampliação do uso de novas fontes primárias ou o desenvolvimento de abordagens que implicassem a desestabilização de interpretação consagradas sobre autores e obras já muito visitadas pela crítica. O trecho a seguir, que fecha a seção dedicado aos usos do arquivo pessoal como memória retrospectiva, poderia também ilustrar desdobramentos recentes no PSB:

Se o processo de constituição de um arquivo está relacionado com os próprios processos de consagração e de desejo de memória do seu titular ainda atuante, cabe à teoria e história da historiografia assumir o desafio hermenêutico de pesquisas de maior abrangência e articuladas em dois planos temporais entrecruzados: a evolução cronológica do pensamento e sociabilidade de determinado autor e sua rede, em contraposição ao desafio retrospectivo de se compreender como determinadas interpretações foram se cristalizando ao longo do tempo, informando a imagem que nos foi historicamente produzida sobre autores e temas (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p.112).

Destaco do texto dos autores dois eixos que me parecem especialmente úteis para construir um novo diálogo entre historiadores e PSB: a reflexão sobre como trabalhar com novas fontes primárias para o estudo dos intelectuais e a busca por argumentos teóricos não eurocêntricos que apontem para uma maior democratização da agenda de pesquisa brasileira e para a própria compreensão do que sejam “intelectuais”.

Com relação ao primeiro eixo, Iumatti e Nicodemo afirmam:

Apesar da já mencionada relativa ausência de diálogo com a vertente brasileira da crítica genética, pesquisadores brasileiros se debruçaram, a partir dos anos 1990, sobre o estudo do processo de construção de obras históricas, utilizando-se, para tanto, de acervos pessoais (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 109).

Interessante notar que esse movimento em direção à crítica genética tem sido feito por parte dos pesquisadores do PSB. Em sua dissertação sobre a construção da obra clássica de Oliveira Vianna, “Populações Meridionais do Brasil” (BITTENCOURT, 2013), André Bittencourt vale-se de intensa pesquisa nos materiais disponíveis na Casa Oliveira Vianna para apreender os diferentes momentos de construção da reflexão de Vianna sobre o liberalismo e o americanismo. Tal movimento lhe permite questionar a estabilidade de “Populações Meridionais do Brasil” por meio de uma evidenciação dos bastidores de seu fazimento, o que o faz matizar as hipóteses sobre o suposto iberismo do pensador fluminense. Já o artigo de André Botelho e Maurício Hoelz (BOTELHO; HOELZ, 2016) sobre Mário de Andrade faz uso das crônicas jornalísticas do intelectual paulista sobre música, o que possibilita adensar a interpretação sobre os nexos entre popular e erudito na obra de Mário, além de sustentar hipótese mais geral sobre a ética do sacrifício em sua trajetória. O diálogo explícito com a crítica genética faculta a Botelho e Hoelz mergulhar nos processos de criação intelectual do autor de “Macunaíma”, evitando tanto interpretações canônicas que se foquem nas obras tidas como “acabadas” como análises que pensem as fontes primárias como evidências de um pensar supostamente mais puro ou original, desprovidos de mediação. Nas palavras dos autores:

Assim procedendo, abriríamos mão dos ganhos oferecidos pela ideia de processo, qual seja, tomar o movimento como um todo, atentando para as várias dimensões que conferem sentidos normalmente diferenciados, quando não opostos. No entanto, também aqui é recomendável desenvolver uma escuta polifônica e levar a sério esses materiais jornalísticos que o próprio Mário de Andrade (1976, p. 11) admite ter escrito “sobre o joelho no intervalo das horas, destinando-os a existência dum só dia”. Talvez eles possam contribuir não apenas para questionar a noção de obra “canônica”, como também para escapar de algumas das próprias interpretações, também elas canônicas, de que a obra de Mário de Andrade vem sendo objeto. Afinal, é preciso começar por reconhecer que nem o “ensaísmo”, nem as “interpretações do Brasil” esboçadas nesses textos constituem realidades ontológicas estáveis, sendo antes objetos de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente (Botelho 2010) (BOTELHO; HOELZ, 2016, p. 271).

Mas as aproximações possíveis não se esgotam aí. O trabalho de dessacralização efetuado por historiadores que analisam os processos de consagração memorialística dos precursores da disciplina encontra ressonância em trabalhos recentes no campo do PSB os quais operam com o cotejo de distintas edições de obras canônicas desses

mesmos intelectuais. Um bom exemplo é o caso de Sérgio Buarque de Holanda, cujo agenciamento da memória por parte de familiares e amigos emprestou auras de radicalidade democrática a uma trajetória mais ambígua do que se produziu *a posteriori* (PEREIRA DA SILVA, 2015). Ora, tal crítica foi feita, embora em nível mais propriamente textual, no conhecido artigo de Leopoldo Waizbort sobre as distintas edições de “Raízes do Brasil” (WAIZBORT, 2011). Ao comparar as profundas modificações operadas por Sérgio Buarque depois da primeira edição de 1936, Waizbort identifica significativos expurgos nas referências e notas, movimento de depuração que se tornou fundamental para amansar o tom conservador do primeiro texto e permitir a interpretação do historiador paulista como um ícone democrático-radical.

Finalmente, ainda em relação aos investimentos interdisciplinares com novos tratamentos de fontes primárias, o trabalho feito pelos pesquisadores da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, em especial Alejandra Josiowicz e Antônio Brasil, oferece boas sugestões do uso das ferramentas de Humanidades Digitais para o tratamento de massa de dados relativos à formação de campos intelectuais e disciplinares. Tal orientação vai ao encontro do chamado de Iummati e Nicodemo, e encontra ressonância em práticas contemporâneas no campo da História da Historiografia. Em seu livro de caráter introdutório à disciplina, Nicodemo, Santos e Pereira (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018) empregam a ferramenta Ngram Viewer do Google para mapear a ocorrência dos termos “história” e “historiografia” em diferentes línguas, o que lhes permite aferir que a disseminação dos conceitos no Brasil se dá no mesmo arco temporal encontrado em outros casos linguísticos. A incorporação dessas ferramentas e desse diálogo permitiria enormes ganhos ao campo da História da Historiografia e do Pensamento Social no Brasil, permitindo o rastreamento de *clusters* de orientadores-orientados ou nuvens aproximando referências bibliográficas que informaram o desenvolvimento das áreas nas últimas décadas.

O segundo eixo do diálogo interdisciplinar refere-se à sugestão de Iumati e Nicodemo de uma agenda que incorpore a “descolonização teórica” e abra espaço para a incorporação de novos sujeitos e temas na agenda de pesquisa, evitando a reiteração de uma narrativa historiográfica centrada exclusivamente em homens brancos da elite letrada. Destaco aqui a definição dada pelos autores sobre o que entendem por esse processo de “descolonização”:

a massa crítica produzida no Brasil depende do influxo de alguns autores internacionais que parecem predominar durante um tempo, em alguns casos com efeito de autoridade que predomina sobre a sua pertinência empírica. Sem desconsiderar a necessidade de manter

o debate internacional, entendemos que muito frequentemente os trabalhos em elaboração podem ter ganhos metodológicos debatendo as categorias de experiências análogas, em âmbito local ou global, sem que privilegiem, porém, de antemão, determinados autores (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p. 113).

Como se vê, o conceito é entendido a partir de uma crítica aos modismos intelectuais, sem que se amplie necessariamente para uma discussão epistemológica sobre os efeitos do eurocentrismo na compreensão do que se entende por “arquivo”, “teoria” ou “intelectuais”, por exemplo. A área de PSB pode contribuir para incrementar o debate proposto pelos autores, como se pode ver nos trabalhos de Maia (2009; 2014), Lynch (2016) e Tavolaro (2014).

O trabalho de João Maia (MAIA, 2009) procurou inicialmente estabelecer uma base para o diálogo entre pensamento brasileiro e teorias pós-coloniais, evidenciando questões comuns a esses dois universos cognitivos, pautados pela reflexão sobre o lugar da periferia na produção intelectual. Nesses textos, aponta-se que um dos efeitos principais da crítica pós-colonial se refere ao processo de descentramento teórico, que implica o questionamento do cânone clássico, que ainda informa as Ciências Sociais, e a busca por novos repertórios cognitivos, que partam de realidades e ontologias localizadas além do mundo euroamericano. Mais recentemente, o autor (MAIA, 2014) se voltou para a análise da história da sociologia no Brasil como parte do movimento global da sociologia no Sul Global na segunda metade do século XX, o que permitiu efetuar exercícios comparativos entre sociólogos de distintos contextos periféricos, localizando conceitos e estilos de trabalho que não replicam de forma mimética os discursos eurocêntricos.

Por outro caminho, os trabalhos de Christian Lynch (LYNCH, 2016) questionaram a própria disjuntiva entre “pensamento” e “teoria” que marca ainda a área de Pensamento Social, e que refletiria uma visão segundo a qual a criação intelectual nos países periféricos seria de segunda ordem, dada a suposta ausência de universalidade. A contribuição de Lynch permitiu analisar a cultura intelectual brasileira em termos menos derivados, reconhecendo seu potencial de atualização teórica.

Crítica mais radical foi elaborada por Sérgio Tavolaro (TAVOLARO, 2014), que mobiliza o debate contemporâneo sobre a modernidade para demonstrar o quanto as interpretações do Brasil canônicas reiteram ainda narrativas que reforçam a tese da singularidade nacional, transformando a ideia de “sociedade brasileira” numa categoria analítica que explicaria nossa suposta “diferença cultural”. Ao mobilizar abordagens

pós-coloniais, decoloniais e teoria das modernidades múltiplas, Tavolaro procura situar o caso brasileiro à luz de sua conexão com amplos processos globais de diferenciação, separação público/privado, secularização e disjunção entre sociedade e natureza.

Como se vê, as contribuições de Maia, Lynch e Tavolaro aprofundam exatamente o segundo eixo que destaquei no artigo de Iummati e Nicodemo, ampliando o repertório teórico empregado para análise da vida intelectual brasileira e sugerindo estratégias de comparação que evitam a reificação do eurocentrismo e do próprio nacionalismo metodológico. Tal procedimento, por sua vez, relaciona-se à democratização das agendas de pesquisa, movimento que também encontra guarida em trabalhos recentes no PSB.

Um indicador desse movimento é a incorporação de intelectuais negros e suas práticas de escrita e de reflexão nas pesquisas orientadas pelas balizas do campo, o que implica a possibilidade de rediscutir os processos de canonização e a própria centralidade do racismo na definição dos intérpretes tidos como “legítimos”, sendo que os trabalhos de Mário Augusto Medeiros têm produzido boas pistas para essa agenda. Em sua tese de doutorado, orientada por uma das principais intelectuais da área – Elide Rugai Bastos -, Medeiros analisa a literatura negra periférica, evidenciando a construção de uma imaginação que narra as questões da construção nacional de ponto de vista crítico ao racismo (MEDEIROS, 2013). Mais recentemente, Medeiros da Silva iniciou análise sobre os diálogos e as aproximações entre sociólogos e ativistas negros em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, o que permite evidenciar como formulações intelectuais consagradas, na verdade, emergiram de um complexo processo de diálogo com setores que nunca foram pensados como “intérpretes do Brasil” (MEDEIROS, 2018). Ao refletir sobre seu processo de pesquisa em acervo da Associação Cultural do Negro, Medeiros da Silva afirma:

As fontes de arquivo que apresentei até aqui são inéditas e as julgo proveitosas para que se lancem novos questionamentos sobre o tema. Por exemplo, investigar com mais acuidade, no âmbito da história da sociologia e do pensamento social no Brasil, o papel dos sujeitos de pesquisa como interlocutores de trabalhos clássicos da área – como os ativistas e intelectuais negros; procurar discutir os interesses desses sujeitos de pesquisa, tanto quanto possível, no diálogo com os cientistas sociais (MEDEIROS DA SILVA, 2018, p. 125).

O interesse de pesquisadores bem enraizados na área do PSB por literatos e pensadores negros também reforça esse movimento de abertura do cânone, como se

pode verificar pela pesquisa de Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 2017) que resultou em alentada biografia de Lima Barreto e pelo estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho (CARVALHO, 2017) sobre André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto. Em ambos os textos, a questão racial é tratada como central para o desvendamento de trajetórias intelectuais e para o próprio desvendamento do que significa “pensar o Brasil” em uma sociedade liberal periférica atravessada pelo racismo.

Conclusão

Como se vê, há terreno fértil para aproximações disciplinares que não impliquem diluição teórico-metodológica. A reflexão sobre novas formas de trabalhar as fontes primárias para o estudo dos intelectuais tem se mostrado mais presente nas duas áreas e o emprego de inovadoras estratégias de pesquisa com base em ferramentas digitais pode contribuir para instituir um diálogo poderoso entre estudiosos do Pensamento Social e da História da Historiografia. A crescente abertura para estudos comparativos também pode ser de extrema relevância para essa conversa, em especial com o trabalho teórico em torno do conceito de redes e para a intensificação com a pesquisa em arquivos situados em distintos contextos nacionais.

Não se está partindo do zero. Como mostrei, há uma forte presença de historiadores e instituições de produção de conhecimento histórico na formação da área de Pensamento Social no Brasil, e alguns temas e autores – particularmente vinculados à História Intelectual e Conceitual, como Skinner, Pocock e Koselleck – são referências fundamentais em ambas as áreas. Além disso, historiadores da Historiografia conhecem parte da produção da área de Pensamento Social e, eventualmente, até a citam, como se pode ver na nota 7 da já mencionada obra de Nicodemo, Santos e Pereira, que referenciam os trabalhos de Angela Alonso e Bernardo Ricupero (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 16). Algumas passagens dessa obra expõem questões e referências intelectuais muito similares, como se pode ver no seguinte trecho, em que os autores analisam a ideia de “formação” de uma historiografia brasileira:

Na verdade, este trabalho se aproximaria mais, então, de uma história de como os historiadores pensaram sobre a História do Brasil entre, *grosso modo*, 1870 e 1970. Em vários momentos de uma história da historiografia com ênfase no pensamento histórico no Brasil. Mas, parafraseando a solução dada por Antônio Cândido quando se interrogou sobre questão análoga na escrita da sua história da literatura brasileira, *Formação da Literatura Brasileira* (1971 [1959]), este horizonte inclui também a história

do “desejo” dos historiadores em ter um “campo/ área/comunidade” de estudos históricos organizado e, me certa medida, profissional no Brasil” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 36).

Finalmente, os próprios historiadores dedicados ao estudo da historiografia têm debatido a necessidade de abertura interdisciplinar. Rodrigo Turin (TURIN, 2013) aponta para os limites formais da disciplina à luz de problemas novos que colocam em questão os pressupostos da História da Historiografia como gênero e forma de escrita da História. Ao analisar alguns desses elementos formais, Turin destaca o modo como a orientação e a normatividade presentes em parte significativa dessas obras se explicam por operações de disciplinarização, as quais procuram demarcar singularidades em relação a outras áreas de saber (TURIN, 2013, p. 89). Isso leva o autor a questionar até que ponto a disciplina não deve se abrir para interlocuções que desestabilizem esse processo de constante reiteração de identidade. Nas suas palavras:

Outra questão a investigar, para além da formação do gênero, é em que medida a sedimentação destes enunciados formais da história da historiografia durante o processo de institucionalização da disciplina histórica é capaz de responder a novas demandas representadas por objetos e problemas não previstos em sua forma. Como já mencionado, desde a década de 1980 a história da historiografia passou a ser objeto de uma nova atenção teórica, em parte como tentativa de abarcar uma variedade de novos enunciados de conteúdo (TURIN, 2013, p. 90).

A despeito desse horizonte promissor de diálogo, é forçoso reconhecer que há imenso caminho à frente, em especial no que se refere à construção de agendas de pesquisa que enfrentem as limitações do cânone. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda ainda constituem os quatro principais intérpretes relacionados ao que se entende hoje por “pensamento social” (JOSIOWICZ; BRASIL JR., 2019). A lista completa de intérpretes revelada pela rica pesquisa bibliométrica dos autores revela o predomínio de homens brancos e a persistência de um cânone pouco plural, o que indica problema similar ao apontado por Iumatti e Nicodemo para o campo da História da Historiografia. Parte significativa das contribuições para uma agenda democratizadora referente ao estudo da vida intelectual brasileira não necessariamente vem dessas duas áreas. O crescente volume de dissertações, teses e livros sobre intelectuais negros brasileiros, por exemplo, vem partindo de outros campos, como se pode ver no perfil biográfico de Lélia González escrito por Alex Ratts e Flávia Rios (RATTS; RIOS, 2010), na tese de doutorado de

Janaína Gomes que recuperou a trajetória e a contribuição de Virgínia Leone Bicudo (GOMES, 2013), orientada na Programa de Antropologia da USP por Kabengele Munanga, nos estudos de Muryatan Barbosa sobre Guerreiro Ramos e os discursos da negritude no Teatro Experimental do Negro (BARBOSA, 2006; 2013) e na análise de Ana Cláudia Pereira sobre intelectuais negras brasileiras (PEREIRA, 2019). No caso da relação entre gênero e intelectuais, interessante notar como a cada vez mais ampla e sofisticada produção brasileira não parecer estar sendo acompanhada em ritmo pelos estudos do PSB. Os textos de Heloísa Pontes, uma das principais pesquisadoras nessa área, permanecem como referência, em especial por mostrar como a dinâmica desigual de gênero explica diferentes papéis intelectuais em círculos de literatos, críticos e atores/atrizes, tema que ainda não é suficientemente explorado na área (PONTES, 1998; 2004).

É como se o horizonte da construção da nacionalidade que tanto animou a elite letrada brasileira ao longo da primeira metade do século XX ecoasse nos limites analíticos escolhidos pelos estudiosos contemporâneos, que buscam associar seus objetos de investigação – textos, livros, intelectuais e discursos – a uma matriz nacional que vem sendo cada mais questionada por dois fenômenos distintos – a globalização e a democratização da sociedade brasileira. Esses dois fenômenos apontam tanto para a dificuldade de estabelecermos uma circunscrição do que seja propriamente brasileiro, como para a complexidade de definir que são os sujeitos por excelência que legitimamente pensam o país de forma a figurar no cânone. Tais questões, embora complexas, devem ser enfrentadas, sob risco de o estudo historiográfico e social da vida intelectual brasileira permanecer à margem dos horizontes de disputa e transformação que vêm sendo abertos nas últimas décadas – não sem muita resistência – por negros, indígenas, mulheres e demais sujeitos que encabeçam a luta democrática contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Muryatan. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006.

BARBOSA, Muryatan. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepções e inovações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 171-184, 2013.

BASTOS, Elide Rugai. O CPDOC e o pensamento social brasileiro. *In*: CAMARGO, Célia *et al.* **CPDOC 30 Anos**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 97-119.

BITTENCOURT, Andre Veiga. **O Brasil e suas diferenças**: uma leitura genética de populações meridionais do Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. O mundo é um moinho: sacrifício e cotidiano em Mário de Andrade. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 97, p. 251-284, 2016.

BOTELHO, André. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. **Prismas**-Revista de História Intelectual, Buenos Aires, v. 19, n. 2, p. 151-161, 2015.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BRASIL JUNIOR; JACKSON, L. Carlos; PAIVA, Marcelo. O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. **BIB.**, v. 91, p. 1-38, 2020.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, 2017.

GEMINIANO DOS SANTOS, Wagner. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 30, p. 312-343, 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1458>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de; SILVA, Marcelino Rodrigues da. Entrevista com Heloísa Starling. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 757-786, 2017.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JOSIOWICZ, Alejandra; BRASIL JR, Antonio. Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS). **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 5-28, 2019.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 17-60, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016.

MAIA, João Marcelo Ehlert. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 111-128, 2017.

MAIA, João Marcelo Ehlert. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. **Current Sociology**, [s. l.], v. 62, n. 7, p. 1097-1115, 2014.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MEDEIROS DA SILVA, Mario Augusto. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

MEDEIROS DA SILVA, Mario Augusto. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 109-131, 2018.

MICELI, Sergio. Intelectuais brasileiros. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 109-142.

NICODEMO, Thiago Lima. SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. *In*: MICELI, S (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 147-81.

PEREIRA DA SILVA, Rafael. **"A morte do homem cordial"**: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982). 2015. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, IFCH, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. **Intelectuais negras brasileiras**: horizontes políticos. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria, 2019.

PONTES, Heloisa. A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 231-262, 2004.

PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto-triste visionário**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Lembranças do Brasil**: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

TAVOLARO, Sergio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 338-379, 2019. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1483>. Acesso em 21 ago. 2021.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/673>. Acesso em: 21 ago. 2021.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 165-185, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. The misunderstanding of democracy: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

João Maia é sociólogo e professor associado da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), onde atua desde 2007. Trabalha com pensamento social e história da sociologia, e entre suas publicações mais recentes, estão: "Costa Pinto em dois tempos: efeitos periféricos na circulação de ideias" (*Tempo Social*, 2019) e "Ciências sociais, trabalho intelectual e autonomia: quatro estudos de caso sobre nós mesmos" (*DADOS*, 2019). Em 2018, foi co-autor do livro *Knowledge and Global Power: making new sciences in the South*, juntamente com R. Connell, F. Collyer e R. Morrell (Monash, 2018).

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Praia de Botafogo, 190/ 14º andar. Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-900, Brasil.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa de produtividade 1D.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Angela de Castro Gomes por uma curta, mas esclarecedora conversa sobre o tema deste artigo.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado
Flávia Varella – Editora Chefe
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 João Maia.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Aprovado em: 4 de março de 2021.